RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.278.654 MATO GROSSO

RELATOR : **MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S) : **HUMBERTO MELO BOSAIPO**
ADV.(A/S) : **RONALDO DE CASTRO FARIAS SANTOS**
RECDO.(A/S) : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO**
PROC.(A/S)(ES) : **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO**

DECISÃO

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO –
MATÉRIA LEGAL – INVIABILIDADE –
AGRAVO – DESPROVIMENTO.**

1. O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso confirmou o entendimento do Juízo quanto à condenação do acusado pela prática de improbidade administrativa. No extraordinário cujo trânsito busca alcançar, o recorrente aponta violados os artigos 93, 96, inciso I, alínea “d”, 97, 105, inciso I, alínea “a”, da Constituição Federal. Afirma a competência originária do Superior Tribunal de Justiça para o julgamento de ação de improbidade administrativa em face de membro do Tribunal de Contas estadual. Sublinhando a inconstitucionalidade do Provimento nº 004/2008/CM do Tribunal de origem, afirma a incompetência absoluta da Vara Especializada para o julgamento do processo. Sustenta a competência da Vara da Fazenda Pública para o julgamento, dizendo constitucional a Lei complementar estadual nº 313/2008. Assevera prejudicado o devido processo legal em razão do julgamento antecipado.

2. Colho o seguinte trecho do acórdão recorrido:

Primeira, analiso, de antemão, a alegação de inobservância do foro por prerrogativa de função. Não obstante a existência de entendimento em sentido contrário, o Supremo Tribunal Federal pela manifestação da maioria dos Ministros, já disse do

ARE 1278654 / MT

direito: não se aplica em ação de improbidade administrativa o foro por prerrogativa de função.

[...]

Segunda, a Vara Especializada em Ação Civil Pública e Ação Popular é legal. O art. 2º, II, da Lei Complementar do Estado de Mato Grosso nº. 313/08, que conferiu competência às Varas Especializadas da Fazenda Pública para processar e julgar os feitos com substrato na Lei nº. 8.429/92 – que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências – está suspenso, em razão de decisão do Supremo Tribunal Federal, que preservou liminar deferida pelo egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso na ADI nº. 41659/2008. Qualquer discussão a respeito é indevida aqui.

[...]

O Relator da ADI 4138 (federal), Ministro Celso de Mello, determinou a suspensão da ADI 41659/2008 (estadual), em 11-12-2009, porém preservou a eficácia da decisão cautelar deste Tribunal. Com isso, mantém-se a Vara Especializada em Ação Civil Pública e Ação Popular com a competência para processar e julgar as ações com fundamento na Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa). Eis o excerto da r. decisão:

“O presente registro é feito, pois o E. Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso está apreciando a ADI nº 41650/2008, Rel. Des. A. BITAR FILHO, ajuizada em face das mesmas normas legais ora impugnadas, perante esta Suprema Corte, em sede de processo de igual natureza (ADI 4.138/MT).

Assinalo que a E. Corte Judiciária local, ao apreciar pedido de medida cautelar formulado em referida ação direta, em sessão realizada em 28/08/2008, proferiu julgamento concessivo de medida liminar (fls. 124/135), consubstanciado em acórdão cuja cópia foi produzida a

ARE 1278654 / MT

fls. 157/208.

Sendo assim, pelas razões exposta, e tendo em conta os precedentes referidos, determino, até final julgamento da presente ação direta, a suspensão prejudicial do curso da ADI nº 41659/2008, Rel Des. A. BITAR FILHO, ora em tramitação perante o E. Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, preservada, contudo, a eficácia do provimento cautelar deferido em mencionado processo.”
(in <http://www.stf.jus.br/portal/verProcessoAndamento.asp>).

Os apelantes argumentam, sem razão, que não foi respeitado o quórum de maioria absoluta para o julgamento da ADI 41659/2008. Para tanto fundamentam nos arts. 97 da CF e 168 do Regimento Interno deste Tribunal.

[...]

Como se vê, os artigos acima citados possuem uma redação clara, no sentido de se exigir maioria absoluta para o quórum apenas para o julgamento do mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade, pois somente nele ter-se-á a declaração definitiva de inconstitucionalidade.

[...]

Terceira, a ausência de imparcialidade do Juiz de Primeira Instância foi rechaçada em incidente de suspeição (fls. 3285/3294, 17º vol.). É questão muito morta e enterrada. Ressurreição, nestes autos, é impossível.

[...]

Quarta, a incidência da Lei nº. 8.429/92 - que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências - aos agentes políticos é inconteste. A Constituição da República Federativa do Brasil qualificou de eminentemente civis as sanções previstas na citada lei, ao deixar expressa, no art. 37, § 4º, a independência entre as esferas civis, em sentido lato, e criminais: os atos de

ARE 1278654 / MT

improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível. As leis no. 8.429/92 e n.º. 1.079/50 convivem na mais plena harmonia, cada qual a regular, perfeitamente, o seu campo de incidência, uma, de natureza civil, outra, criminal: tangenciam, mas não se cruzam. Não é juridicamente aceitável - porque ofensivo ao dogma da igualdade consagrado pela Carta da República (art. 5º, I) - que tão só os pés descalços, os funcionários de baixo coturno é que poderiam ser processados por improbidade administrativa, enquanto os do andar de cima estariam a nadar de braçada, a salvo da aplicação da Lei n.º. 8.429/92.

[...]

Quinta, a de cerceamento de defesa está a anos-luz de procedência. É o juiz o destinatário da prova. Quando o contexto probatório se mostra suficiente para o julgamento do processo, deve fazê-lo, sob pena de dar uma surra de vara de marmelo no inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal, que não se compraz com procrastinação indevida e provas inúteis, as quais têm a única finalidade de retardar, a mais não poder, o enfrentamento do mérito das questões postas a julgamento do Poder Judiciário.

No caso, não ocorreu cerceamento do direito de defesa em decorrência de existência de prova documental, que já se mostrava suficiente para fazer emergir a realidade fática, não tendo, com efeito, lugar à dilação probatória, mesmo porque os documentos requisitados não foram entregues pelos apelantes, sendo, então, caso de julgamento antecipado da lide, na forma do artigo 330, I, do Código de Processo Civil.

A decisão recorrida está em harmonia com a jurisprudência do Supremo. No julgamento da ação direta de inconstitucionalidade n.º 4.138, relator o ministro Celso de Mello, o Tribunal declarou inconstitucional a Lei complementar n.º 313/2008 do Estado de Mato Grosso, considerado o

ARE 1278654 / MT

vício de iniciativa. Observem trecho da ementa:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – TRIBUNAL DE JUSTIÇA – INSTAURAÇÃO DE PROCESSO LEGISLATIVO VERSANDO TEMA PERTINENTE À ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO – INICIATIVA DO RESPECTIVO PROJETO DE LEI SUJEITA À CLÁUSULA CONSTITUCIONAL DE RESERVA (CF, ART. 96, II, “ D”, E ART. 125, § 1º, “in fine”) – OFERECIMENTO E APROVAÇÃO, NO CURSO DO PROCESSO LEGISLATIVO, DE EMENDAS PARLAMENTARES – AUSÊNCIA DE PERTINÊNCIA MATERIAL COM O OBJETO DA PROPOSIÇÃO LEGISLATIVA – DESCARACTERIZAÇÃO DE REFERIDO PROJETO DE LEI MOTIVADA PELA ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL DA COMPETÊNCIA MATERIAL E DOS LIMITES TERRITORIAIS DE DIVERSAS VARAS JUDICIAIS – A QUESTÃO DAS EMENDAS PARLAMENTARES A PROJETOS DE INICIATIVA RESERVADA A OUTROS PODERES DO ESTADO – POSSIBILIDADE – LIMITAÇÕES QUE INCIDEM SOBRE O PODER DE EMENDAR PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS – DOCTRINA – PRECEDENTES – REAFIRMAÇÃO DE CONSOLIDADA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOBRE O TEMA – PARECER DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA PELA INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL DA LEI COMPLEMENTAR MATO-GROSSENSE Nº 313/2008 – AÇÃO DIRETA JULGADA PROCEDENTE .

[...]

No mais, o Supremo, no julgamento do agravo regimental na petição nº 3.240, relator o ministro Roberto Barroso, assentou não se estender às ações civis de improbidade administrativa o foro por prerrogativa previsto para as ações penais. Confirmam:

[...]

2. O foro especial por prerrogativa de função previsto na

ARE 1278654 / MT

Constituição Federal em relação às infrações penais comuns não é extensível às ações de improbidade administrativa, de natureza civil. Em primeiro lugar, o foro privilegiado é destinado a abarcar apenas as infrações penais. A suposta gravidade das sanções previstas no art. 37, § 4º, da Constituição, não reveste a ação de improbidade administrativa de natureza penal. Em segundo lugar, o foro privilegiado submete-se a regime de direito estrito, já que representa exceção aos princípios estruturantes da igualdade e da república. Não comporta, portanto, ampliação a hipóteses não expressamente previstas no texto constitucional. E isso especialmente porque, na hipótese, não há lacuna constitucional, mas legítima opção do poder constituinte originário em não instituir foro privilegiado para o processo e julgamento de agentes políticos pela prática de atos de improbidade na esfera civil. Por fim, a fixação de competência para julgar a ação de improbidade no 1º grau de jurisdição, além de constituir fórmula mais republicana, é atenta às capacidades institucionais dos diferentes graus de jurisdição para a realização da instrução processual, de modo a promover maior eficiência no combate à corrupção e na proteção à moralidade administrativa.

[...]

Acresce que o acórdão impugnado mediante o extraordinário revela interpretação de normas estritamente legais, não ensejando campo ao acesso ao Supremo. À mercê de articulação sobre a violência à Carta da República, pretende-se submeter a análise matéria que não se enquadra no inciso III do artigo 102 da Constituição Federal.

Há mais: o Tribunal, no recurso extraordinário com agravo nº 748.371/MT, relatado pelo ministro Gilmar Mendes, consignando a natureza infraconstitucional da matéria, entendeu não ter repercussão geral o tema relativo ao devido processo legal (contraditório e ampla defesa) quando o julgamento da causa depender de prévia análise da adequada aplicação das normas infraconstitucionais.

ARE 1278654 / MT

3. Conheço do agravo interposto por Humberto Melo Bosaipo, desprovendo-o.

4. Publiquem.

Brasília, 29 de outubro de 2020.

Ministro MARCO AURÉLIO

Relator